

# ASSEMBLEIA FISCALIZA - 2023

## BRIEFING 21\_06

### EDUCAÇÃO

Presidenta: Beatriz Cerqueira

#### PISO DA EDUCAÇÃO

O piso nacional dos profissionais da educação é regulamentado pela [Lei Federal 11.738, de 2008](#) e faz parte da política de valorização profissional prevista na Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE). Anualmente, o valor do piso nacional é reajustado e, em janeiro de 2023, com percentual de 14,94%, chegou a R\$ 4.420,55 para jornada de 40 horas semanais. O valor representa a remuneração inicial dos professores da educação básica. O cálculo do piso é feito com base no custo por aluno de dois anos anteriores. Esse custo, por sua vez, é o valor mínimo repassado por aluno pelo Fundeb.

#### ENQUANTO ISSO ....

**EM MINAS GERAIS, O VENCIMENTO BÁSICO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE 24H (NÍVEL I E GRAU A), É, ATUALMENTE, DE R\$ 2.350,49, CERCA DE METADE DO VENCIMENTO QUE DEVERIA SER PAGO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.** *Fonte: SINDUTE/MG*

Uma diferença considerável que demonstra o descaso do governo Zema e o desmonte da educação no Estado, uma vez que a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação é condição mínima para a oferta de um ensino público de qualidade.

#### PROPOSTA DE 12,84% TRAMITA NA ALMG

Depois de muita pressão dos profissionais da educação, sindicatos e obstrução do bloco de oposição na ALMG, o governo de Minas encaminhou à ALMG o PL [822/2023](#), que reajusta o salário em 12,84%, a partir de 1º de janeiro/2023. Nesta terça-feira (20/06), o PL foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

**Obs.:** A proposta de remuneração é inferior ao estabelecido nacionalmente e reivindicado pela categoria.

O governo do Estado informou que pagará a remuneração dos professores de forma proporcional ao valor estabelecido para 40 horas, uma vez que, em Minas, a [Lei 21.710, de 2015](#), que dispõe sobre o piso, define a carga horária de 24 horas semanais.

**O Governo de Minas nunca pagou as recomposições anuais do piso da educação, mas para aprovar o reajuste de 298% do próprio salário, Zema foi rápido.**

## **REMUNERAÇÃO DAS AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO (ASBs)**

Zema impõe condições precárias de trabalho aos auxiliares de serviços gerais (ASBs). Trabalhadores não conseguem o afastamento remunerado por motivos de saúde, devido às irregularidades do governo no repasse dos valores pagos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

**TRABALHADORES RECEBEM REMUNERAÇÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO.**

**R\$ 1.242,41 É O SALÁRIO QUE UM AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RECEBE EM MINAS GERAIS.**

Auxiliares de serviços gerais são responsáveis pela alimentação de estudantes e professores, pela limpeza dos espaços físicos, pelo atendimento à comunidade, auxílio aos docentes durante os momentos de chegada, intervalos e saída dos alunos, além de outras atividades essenciais para o funcionamento das escolas. No INSS, o Estado registrou os auxiliares de serviços gerais na função de “coletor de lixo domiciliar”. Além disso, o governo de Minas não está repassando para o INSS os valores pagos pelos funcionários desde outubro de 2022, o que impossibilita o afastamento remunerado de milhares de trabalhadores por motivos de saúde.

## **MÃOS DADAS COM QUEM?**

### **ZEMA QUE DEIXA A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NAS COSTAS DAS PREFEITURAS**

O projeto Mãos Dadas, que visa repassar a responsabilidade do Ensino Fundamental para os municípios, além de causar um déficit financeiro para as prefeituras, ainda causa desemprego e redução de salários para as trabalhadoras e trabalhadores da educação.

Pouco mais de um ano após o “Mãos dadas” ser lançado pelo governo de Minas, educadores e especialistas já denunciam os impactos negativos causados nos municípios que aderiram ao projeto. (Fonte: Brasil de Fato)

**FALTA DE TRANSPARÊNCIA E DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO PROCESSO DE ADESÃO AO PROJETO.**

**O SIND-UTE/MG DENUNCIOU A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NA ENTREGA DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA AS PREFEITURAS.**

Com projeto de municipalização, que significa a desresponsabilização do Estado na obrigação de garantir a oferta de matrículas na Rede Estadual, o governo tem aumentado a oferta de dinheiro para a efetivação da adesão.

**UM VERDADEIRO LEILÃO, INCLUSIVE, COM RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB).** Além de não dialogar com as comunidades escolares e a categoria da Educação e de impor um desemprego estrutural, a Secretaria de Estado de Educação ofereceu, praticamente, o valor do orçamento anual de prefeituras, como em Virgem da Lapa e São Joaquim de Bicas.

Outro exemplo é o município de Lajinha, onde a SEE/MG fez uma primeira oferta no valor de R\$ 3 milhões e, agora, oferta R\$ 20 milhões. Em Montes Claros, o valor chega a R\$ 250 milhões. Apesar dos valores ofertados de imediato impressionarem, as obrigações adquiridas pelos municípios com ensino fundamental municipalizado serão permanentes.

Prefeitura	Repasse Mãos Dadas (a)	LOA 2022 (d)	Peso LOA 2022 (e = (a / d) x 100)
São Joaquim de Bicas	85.000.000,00	95.900.000,00	89%
Virgem da Lapa	40.000.000,00	47.093.000,00	85%
Minas Novas	60.000.000,00	73.070.500,00	82%
Mateus Leme	85.000.000,00	121.380.000,00	70%
Chapada do Norte	19.000.000,00	39.223.950,00	48%
Matipó	27.000.000,00	60.253.578,80	45%
Lajinha	20.000.000,00	70.086.286,00	29%
Santana do Riacho	7.000.000,00	26.182.000,00	27%
Montes Claros	250.000.000,00	1.246.595.000,00	20%
Buritizero	14.000.000,00	86.275.656,00	16%
Aricanduva	4.000.000,00	25.579.184,10	16%
Martins Soares	4.500.000,00	33.890.092,50	13%
Patos de Minas	50.000.000,00	562.479.000,00	9%
Carangola	6.000.000,00	89.315.490,80	7%
Três Corações	7.106.163,30	279.437.591,56	3%
Tupaciguara	1.235.000,00	92.398.920,00	1%
Total	679.841.163,30	2.949.140.249,76	23%

Fonte: IBGE, TCE/MG, Fiscalizando com TCE. Câmaras Municipais (Leis e Projetos de Leis).

## **O NOVO ENSINO MÉDIO (NEM) COMEÇOU A SER IMPLANTADO EM 2020 EM MINAS GERAIS SEM QUE ALUNOS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA SEQUER FOSSEM ESCUTADOS**

O Governo afirma ter ouvido a opinião de 8.038 estudantes

O território mineiro tem cerca de 700 mil estudantes no Ensino Médio. Ou seja, **o número de estudantes mineiros ouvidos não chega nem a 2% do total**

### **Não houve diálogo do Governo Zema com os estudantes**

Além da falta de diálogo com os estudantes, Zema tem sido acusado de não ouvir as demandas dos educadores e não dialogar com as entidades representativas da categoria, como sindicatos e associações. Essa falta de diálogo demonstra que a Educação, bem como a valorização dos profissionais, não é prioridade para este governo.

Em 04/04/2023, o Governo Lula anunciou a suspensão temporária, por 60 dias, do Novo Ensino Médio. Concomitantemente a esse processo, implementou um processo de consulta pública para avaliar a proposta do NEM.

## **REFORMA ADMINISTRATIVA**

No início deste ano, o Bloco Democracia e Luta travou uma verdadeira batalha no ALMG em defesa da educação pública em Minas Gerais.

É que a proposta de Reforma Administrativa enviada à Casa pelo governo Zema abria caminhos para a privatização das escolas públicas estaduais. O projeto abria para as OS - um tipo organização privada - atuarem no serviço de educação no estado.

O bloco de oposição impediu mais esse retrocesso.

## **A FUCAM FICOU!**

### **ZEMA QUERIA O FIM DA FUNDAÇÃO**

Em defesa dos cerca de 2 mil estudantes da Fundação Educacional Caio Martins e dos seus 75 anos de história da instituição de ensino voltada para as práticas do campo, o Bloco Democracia e Luta atuou firme na ALMG para barrar a extinção da Fucam, como queria o governador Romeu Zema.

Para que a Fundação continuasse promovendo transformação social em regiões mineiras marcadas pela pobreza, deputadas e deputados da oposição mobilizaram a sociedade durante três meses, e o movimento ganhou força.

No dia 31/05/23, o PL 359/23, de autoria do governador, foi aprovado em definitivo no plenário da Assembleia de Minas, sem extinguir a Fucam. Vitória da Educação! Vitória do Povo Mineiro!

## **EDUCAÇÃO SUPERIOR ABANDONADA**

Cresce a mobilização dos servidores das universidades estaduais mineiras (Uemg e Unimontes) contra o abandono sofrido nos últimos anos pelo governo do Estado.

Zema não valoriza os docentes, que estão com salários defasados em 60% e seguem recebendo as piores remunerações do Brasil.

O Bloco Democracia e Luta atua em defesa de uma política de valorização dos servidores docentes e do quadro administrativo da UEMG e da Unimontes.